



Foi realizada, no dia 3 de maio de 2016, a reunião ordinária do CD EPSJV.

1 – Carta de repúdio contra violência armada

O CD EPSJV aprovou por unanimidade a Carta de Repúdio contra a violência armada aprovada em assembleia da Reprepoli no dia 15 de abril. O documento, que será divulgado pela Escola, foi produzido por representantes da comunidade de Manguinhos e de movimentos sociais.

2 – Comissão organizadora dos seminários temáticos

Após a indicação de nomes pelos laboratórios, o CD EPSJV definiu que a comissão organizadora dos seminários temáticos será formada por: Valéria Carvalho (Labform), Marcela Pronko (Direção), Bianca Borges (Lires), Telma Frutuoso (Reprepoli), Marcelo Coutinho (Labgestão), Rosa Neves (Lic-Provoc) e Raphael Guimarães (Lavsa).

Parte da comissão, que já havia sido definida na reunião do CD EPSJV do dia 19 de abril, se reuniu pela primeira vez no dia 2 de maio para organizar os documentos e estabelecer a rotina de trabalho. A comissão tem como objetivo produzir um texto de referência para os seminários temáticos e definir a dinâmica, as datas e a logística dos seminários.

3 – Posicionamento do CD EPSJV sobre as cartas encaminhadas referentes ao livro “Caminhos da Politecnia”

Após a divulgação das cartas sobre a questão do livro “Caminhos da Politecnia”, a Direção fez um pronunciamento público, divulgado no dia 25 de abril, reconhecendo o erro de procedimento ao não ter submetido o livro ao Conselho de Política Editorial (CPE) e reafirmando a importância do CPE.

Os membros do CD EPSJV relataram como foi a discussão em seus setores sobre as cartas públicas e, de maneira geral, todos consideraram que a discussão sobre as cartas em si, se encerravam nelas mesmas, a partir do momento em que uma respondeu a outra e a Direção divulgou seu posicionamento oficial. A avaliação geral foi que a discussão deveria ser encerrada e que outras questões relacionadas ao CPE deveriam ser debatidas. O Labman questionou que o assunto não deveria ser dado como encerrado sem que o CD EPSJV se posicionasse sobre a pertinência do trabalho do CPE, em resposta as cartas do Professor Carlos Batistella e do próprio CPE.

O CD EPSJV reafirmou a institucionalidade do CPE e se comprometeu com seu constante aperfeiçoamento e aprimoramento, reafirmando o apoio ao seu funcionamento. Assim como já havia feito na carta pública, a Direção também defendeu a existência do CPE e afirmou que se a Escola considerar necessário outras questões ligadas ao CPE podem ser discutidas no CD EPSJV ou em outras instâncias coletivas da unidade visando ajustes em seu funcionamento e o aperfeiçoamento do CPE.

Além da questão das cartas em si, os membros do CD levantaram outras questões como: dificuldade do fluxo de informações entre os setores que não tem assento no CD EPSJV; a possibilidade de que o CD voltasse a ser ampliado como já aconteceu; critérios usados para a divulgação de matérias no site da Escola; veiculação mais rápida do CD em Foco para que o conjunto da Escola seja informado com mais rapidez sobre as decisões e discussões do CD EPSJV; e reuniões mais frequentes da Direção com seus setores.

Sobre a ampliação do CD EPSJV, a Direção afirmou que seguirá convocando as reuniões conforme determina o regimento da Escola, mas, se os membros do Conselho considerarem importante, essa discussão pode ser pautada nas reuniões do CD EPSJV e que as discussões do PPI, que estão em andamento, são o espaço pertinente para a mudança regimental da composição do Conselho Deliberativo. A Direção afirmou ainda que representa os setores ligados à ela no CD e que está aberta a discutir como melhorar o fluxo de informações na Escola.

4 – Conselho de Política Editorial (CPE): Normas para publicação e fluxo de tramitação

André Dantas, coordenador do Conselho de Política Editorial, informou que o CPE, visando tornar mais eficiente sua atuação, está revendo os documentos aprovados no CD EPSJV que orientam seu funcionamento a fim de apresentar propostas de atualização dos mesmos e submetê-los para debate e deliberação no CD. Assim, o CPE apresentou, inicialmente, o documento que redefine as normas para publicação e fluxo de tramitação de obras no CPE e também está elaborando, para posterior deliberação, uma proposta sobre a Política Editorial da EPSJV para ser discutido coletivamente.

No debate sobre as normas para publicação e fluxo, os membros do CD EPSJV apresentaram os questionamentos surgidos em seus laboratórios durante a discussão do tema. De maneira geral, os laboratórios concordam com as normas e sugeriram apenas alguns ajustes e apresentaram dúvidas. Foi sugerido que os pareceres sejam lidos no CPE para aprovação coletiva; que sejam divulgados os critérios considerados em uma avaliação de originais; e foram solicitados esclarecimentos sobre a questão dos direitos autorais.

O Lateps apresentou um questionamento sobre a natureza do CPE, defendendo que ele deve se ater a função de construir uma política editorial para a EPSJV, que incentive a publicação de obras a partir de trabalhos produzidos na Escola, mas que não deve exercer a função de conselho editorial, avaliando os originais das obras para publicação, mas considerou que será oportuno realizar esta discussão quando for apresentada a proposta de revisão da política editorial, como já indicado pelo CPE.

O coordenador do CPE lembrou que a Escola sempre pode rediscutir o papel do CPE, assim como foi discutida sua criação. Sobre os pareceres, informou que eles circulam entre os membros do CPE antes das reuniões em que serão deliberados para que seu conteúdo possa ser conhecido por todos antes da deliberação na reunião. Disse ainda que o CPE irá divulgar os critérios de avaliação dos originais e que seria feita uma pesquisa sobre as questões legais dos direitos autorais.

O CD EPSJV encaminhou que o CPE irá incorporar as alterações sugeridas pelos membros do CD ao documento das normas e que a nova versão será apresentada ao CD EPSJV para aprovação.

Após essa definição, o coordenador do CPE apresentou mais duas propostas do CPE para serem incluídas nas normas:

1 - A submissão de uma obra ao CPE pressupõe que a mesma não será submetida de forma paralela e concomitante a outros conselhos editoriais.

2 - Salvo por motivo de desistência da publicação, não cabe a retirada dos originais de um livro do processo de avaliação do CPE antes que ele seja concluído.

Com a apresentação dessas duas novas questões, o CD definiu que elas seriam discutidas na próxima reunião do CD EPSJV, após debates nos laboratórios e setores.

5 – Movimentação de pessoal

Grácia Gondim (Lavsa) solicitou a cessão, por cinco anos, para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O colegiado do Lavsa e o conselho da universidade aprovaram a cessão. Até o fim deste ano, Grácia ainda irá participar de alguns processos na Escola nas quais está inserida, mesmo depois de ser cedida para a UFRN.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a cessão.

6 – Informes

Concurso Público

A Fiocruz foi autorizada, pela Portaria 140/2016 do MPOG, a realizar um concurso público para o preenchimento de 150 vagas de níveis intermediário e superior. Todas as vagas serão de substituição e a portaria prevê a extinção de 170 vagas de postos de trabalho terceirizados.

As vagas de nível intermediário são para Assistente Técnico em Gestão em Saúde (21 vagas) e Técnico em Saúde Pública (61 vagas). As de nível superior são para Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (10 vagas) e Pesquisador em Saúde Pública (58 vagas).

Presentes:

Paulo César Ribeiro (Direção)
Marcela Pronko (Direção)
Páulea Zaquini (Direção)
Isabela Cabral (Lic-Provoc)
Marco Antônio Santos (Labform)
Cecília Carvalho (Laborat)
Sergio Munck (Lires)
André Feitosa (Lateps)
Adelyne Pereira (Labgestão)
Alexandre Moreno (Labman)
Márcio Sacramento (Lavsa)
Ana Beatriz Noronha (Reprepoli)
Maria Emília Souza (Reprepoli)
André Dantas (convidado)